



OS PERSAS: A ERA DOS GRANDES REIS

PERSIANS: THE AGE OF THE GREAT KINGS

Gerson Leite de Moraes*

Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

 <https://orcid.org/0000-0002-8464-983X>

gerson.moraes@mackenzie.br

Pedro Paulo Abreu Funari**

Universidade Estadual de Campinas UNICAMP

 <https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>

ppfunari@unicamp.br

Publicado pela Editora Planeta Brasil em 2023, o livro *Os Persas: a era dos grandes reis*¹, escrito pelo professor de História Antiga na Universidade de Cardiff e diretor do Programa do Irã Antigo para o Instituto Britânico de Estudos Persas, Lloyd Llewellyn-Jones, é uma obra organizada literariamente da seguinte forma: ela possui um

* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas/SP - (IFCH/UNICAMP - 2014) e Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (PUCSP - 2008). Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP (PUCCAMP - 2003). Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - (FFLCH/USP - 2021/2023). Licenciado em História pela ASMEC/UNAR(1996/2010). Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul/Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP (1999/2006). Atualmente realizo Pesquisa de Pós-Doutorado na área de História Antiga, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari no IFCH/UNICAMP, além disso, sou Professor Doutor Adjunto I da Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP.

** Professor Titular (História Unicamp 2004), Livre-Docente (História Unicamp 1996), Doutor (Arqueologia USP 1990), Mestre (Antropologia Social USP 1985), Bacharel (História USP 1981), Técnico (Publicidade 1976). Distinguished Lecturer University of Stanford, Research Associate, Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval, líder de grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, colaborador da UFPR, UFPel, docente da UNESP (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve (Portugal), Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires, UFRJ, UERJ

¹. O título original em inglês é: *Persians: The Age of the Great Kings*. New York: Basic Books, 2023. p.464. ISBN-10: 1541604237; ISBN-13: 978-1541604230.

pequeno *Prólogo*, uma *Introdução* bastante esclarecedora, três partes contendo vinte e dois *Capítulos* de tamanhos distintos e um *Epílogo*. Além disso, é possível encontrar ainda na obra uma *Lista de Ilustrações*, *Fotos do Caderno de Imagens*, um *Organograma* com a Dinastia Aquemênida (que auxilia muito na leitura), uma *Lista Biográfica* com os principais personagens apresentados ao longo do texto e, por último, uma *Indicação de Leituras Complementares*.

O autor em questão é nascido em Bridgend, mas foi criado em Cefn Cribwr, País de Gales. Fez seus estudos iniciais na Cynffig Comprehensive School. Estudou Drama na *University of Hull* (1985-1988), seguido por um mestrado (1996-1997) e um doutorado (1997-2000) em História Antiga na *Cardiff University*. Após uma bolsa de pesquisa na *Open University* e uma palestra em *Exeter*, entrou para o departamento de Clássicos da *University of Edinburgh* em 2004, e em 2015, tornou-se Professor de Estudos Gregos Antigos e Iranianos nesta mesma instituição. Em fevereiro de 2016, assumiu a Cátedra de História Antiga na *Cardiff University*. Seus interesses de pesquisa incluem história sociocultural da Grécia Antiga, especialmente história das mulheres e questões de gênero, vestimenta e cultura visual. Na última década, no entanto, expandiu sua pesquisa para o estudo da antiga Pérsia, especialmente a história e a cultura do período Aquemênida (559-331 a.e.c.), sendo um dos poucos acadêmicos no mundo a trabalhar o Irã pré-islâmico. Viaja com frequência para o Irã e o Oriente Médio, muitas vezes liderando excursões culturais e históricas. Trabalhou com a BBC, Channel 4 e History Channel e até mesmo com empresas de produção de Hollywood como consultor histórico².

O *Prólogo* registra uma cerimônia realizada em 488 a.e.c., no Festival de Noruz, momento em que os persas celebravam o Ano-Novo trocando presentes, embalados por festanças e muitos banquetes. Nela, Dario, o “Grande Rei”, recebeu missões diplomáticas de inúmeros povos que compunham o Império Persa, estes traziam seus presentes ao “Rei dos Reis”, ao “Rei de Todas as Terras”, em seu suntuoso palácio em Persépolis. A cerimônia diplomática de entrega de presentes, repetida anualmente, era tão ilustrativa da força e unidade do Império, que Dario mandou representá-la em relevos de pedra pintada nas escadarias que levavam ao enorme salão do trono em Persépolis, chamado de *Apadana*. A celebração visual do Império de Dario tinha por objetivo transmitir uma clara e inequívoca mensagem, qual seja, quando todos os povos que compunham o

². Estas informações foram extraídas do perfil do professor na página da Universidade de Cardiff. Disponível em: <https://profiles.cardiff.ac.uk/staff/llewellyn-jones1>

Império agiam de forma cooperativa e obediente, todos podiam usufruir das benesses da *Pax Persica*. Este ritual descrito pelo autor tem a finalidade simbólica de mostrar como funcionava a mentalidade de governança e administração durante a dinastia Aquemênida.

Logo na *Introdução*, o autor procura evidenciar aquilo que seria o diferencial do seu livro em relação a outras obras que também tratam a respeito dos Persas. Fugindo da caracterização construída pelos relatos gregos antigos que procuravam apresentar os Persas como bárbaros³, o autor enfatiza a utilização de “fontes persas nativas, ancestrais e genuínas”, naquilo que ele convencionou chamar de “história contada pelos próprios persas” ou a “versão persa da história da Pérsia”. Sobre as fontes utilizadas pelo autor, pode-se afirmar que “...até o início do século XIX, ninguém tinha acesso a fontes textuais genuínas do Período Aquemênida. Foi Henry Rawlinson, da Companhia das Índias Orientais, quem, em 1832, deduziu que a linguagem cuneiforme persa antiga era uma escrita fonética e a decifrou com êxito. Em 1837, ele terminou sua cópia da Inscrição de Behistun, um longo texto encomendado por Dario, o Grande, e enviou uma tradução de seus parágrafos iniciais para a Real Sociedade Asiática da Grã-Bretanha” (p.25). Ainda sobre as fontes, o autor utiliza além da *Inscrição de Behistun* (que é analisada criticamente por ser uma propaganda oficial do governo de Dario), textos em persa antigo (uma forma primitiva do *farsi* moderno, também chamado de “novo persa”), textos cuneiformes em elamita e acádio, textos egípcios em escrita hieroglífica e demótica, além de inscrições em grego, lídio e frígio. Graças ao trabalho arqueológico realizado na área que compreende o antigo Império Persa, há disponível cerca de 30 mil tabuletas de argila cozida em fornos, datadas do período entre 492 a.e.c. e 458 a.e.c., material que ficou conhecido como “textos do Tesouro de Persépolis e as “tabuletas da Fortificação de Persépolis”. Todo este material foi cotejado com os relatos de fontes gregas antigas, tais como as obras de Heródoto, Xenofonte, Ctésias de Cnido (que, inclusive, viveu na corte da família real por dezessete anos, vindo a aprender a falar a língua persa). Outro fato importante que merece ser destacado é que o autor também mobilizou e analisou vários objetos que retrataram a relação tumultuada entre persas e gregos, como por exemplo, o “Vaso de Eurimedonte”, datado de meados da década de 460 a.e.c., que “retrata um humilhado e afeminado soldado persa curvando-se para a frente na linha da cintura e

³. Vale registrar que os judeus, ao contrário dos gregos, os tratam de maneira muito positiva. “De modo geral, os textos bíblicos defendiam os persas. Foram os Grandes Reis da Pérsia que libertaram os judeus de seu exílio na Babilônia e permitiram que voltassem para a casa a fim de construir um novo (segundo) templo em Jerusalém no local de culto original do rei Salomão. Na Bíblia, os persas são servos de Deus, uma superpotência cooperativa e solidária que defende o direito dos judeus a uma pátria”. (pp.25-26)

oferecendo o traseiro a um sujo soldado ateniense que segura com a mão o pênis ereto e corre para penetrar a retaguarda do persa. A pintura de uma cena de estupro foi criada como ‘edição comemorativa’ de uma vitória ateniense.” (p.29)

Como se pode perceber, a metodologia utilizada implicou no levantamento, confrontação e análise crítica de muitos “documentos” que registraram as atividades persas na Antiguidade.

O registro literário analisado pretende abarcar a história da Pérsia desde seu modesto início como uma sociedade tribal no sudoeste do Irã até o momento em que emergiu a primeira grande superpotência da história, liderada pela família Aquemênida, num arco temporal de mais ou menos 700 anos, entre 1000 a.e.c. e 330 a.e.c. A construção do Império Persa possibilitou o primeiro contato significativo entre o Oriente e o Ocidente, pavimentando o terreno para outros grandes impérios da Antiguidade.

Sem dúvida, o Império Persa foi multicultural em vários aspectos, o autor destaca um na *Introdução*, a saber, a língua. Apesar de usar o aramaico com uma forma de língua franca em toda a extensão territorial do império, os persas jamais tentaram impor sua língua aos povos subjugados, permitindo a utilização dos idiomas locais na divulgação de decretos e documentos oficiais. Ainda na *Introdução*, o autor justifica a latinização dos nomes persas. Assim somos informados que Dario (nome latinizado) é *Dārayavaush* (aquele que preserva o Bem com firmeza), no persa antigo. Xerxes é *Xshayarashā* (aquele que governa heróis), Artaxerxes é *Artaxshaça* (aquele cujo reinado é ordenado pela Verdade) e Ciro é *Kurush* (aquele que humilha o inimigo). Segundo Lloyd Llewellyn-Jones, “o processo de latinização dos nomes persas é bastante sugestivo do modo como a história da Pérsia foi apropriada e escrita a partir de uma perspectiva totalmente ocidental” (p.22). O apagamento do passado persa não foi uma obra somente de nações estrangeiras que lançavam suas visões de mundo sobre a Pérsia, mas tal ocultação ocorreu também internamente. Como exemplo, pode-se citar que em março de 1935, o Reza Xá, o primeiro governante da dinastia Pahlevi (1922-1979), declarou que a antiga palavra “Pérsia” deveria deixar de ser usada para se referir ao país que governava. Em vez disso, deveria ser usada a expressão “Irã” para designar aquele território. O Reza Xá era um “orientalista” *avant la lettre*, pois foi somente em 1978, que Edward Said descreveu o fenômeno. O “orientalismo”, termo construído e usado por Said, é, segundo o nosso autor, “um método pelo qual o discurso imperialista ocidental tem representado as ‘colônias’ e culturas do Oriente Médio de uma forma que justificaria e sustentaria o empreendimento colonial do Ocidente”. [...] “O ‘Oriente’ foi quase uma invenção

européia e tem sido, desde a Antiguidade, um lugar de romances, seres exóticos, memórias e paisagens assombradas, experiências marcantes”. (p.24).

Por fim, o autor conclui sua *Introdução*, apontando a importância da Arqueologia e da Arte no processo de reconstrução da história Persa. Desde a década de 1930, o território iraniano virou alvo de inúmeras escavações, trazendo à tona a cultura material do Período Aquemênida, as escavações nos grandes centros imperiais como Persépolis, Pasárgada, Susa e Ecbátana ganharam os maiores holofotes, ainda que outros lugares como Sárdis e Dascílio, na Turquia, e sítios no Levante (Mediterrâneo) e na Ásia Central têm contribuído também para se compreender a cultura Aquemênida. Como fruto do trabalho arqueológico, pode-se afirmar que a arte do Império Aquemênida servia para um objetivo essencial, ela era usada para confirmar a ideologia real da unidade imperial, além de promover a imagem do monarca da vez.

Para evitar que haja uma descrição detalhada de cada capítulo deste livro, lembrando que são vinte e dois capítulos ao todo, preferimos fazer uma análise das três partes que compõem a obra, destacando aquilo que julgamos ser o essencial que interessa ao leitor de uma resenha acadêmica.

Na primeira parte, intitulada: *O estabelecimento do Império*, composta por cinco capítulos, o autor procurou mostrar como povos tribais nômades da Eurásia Central se fixaram no planalto iraniano. Entre os povos bem-sucedidos na empreitada de ocupação do planalto iraniano estavam os elamitas, que se fixaram no sudoeste do Irã, construíram cidades e eram culturalmente sofisticados. Os persas nômades, divididos em tribos comandadas pelos chefes dos clãs, foram gradativamente se deslocando para o oeste e passaram a ter uma relação consolidada com os elamitas. Paralelamente a isso, outros povos eurásianos se deslocaram para a região, entre eles estavam os medos (ou medas) primos em primeiro grau dos persas, que ocuparam o Noroeste do Irã, área que fazia fronteira com os poderosos assírios do norte do Iraque. Pode-se afirmar que medos e persas foram os povos eurásianos mais prósperos no que tange à ocupação do planalto iraniano. O autor afirma o seguinte sobre estes dois povos: “Na imaginação popular, são amalgamados em um só, como se compusessem, em todos os sentidos, uma única unidade. Não era o caso. Embora compartilhassem um DNA comum e um bocado de normas e valores culturais, medos e persas tinham identidades idiossincráticas nitidamente distintas e operavam em contextos geopolíticos drasticamente separados, o que resultou na formação de duas mentalidades bastante diferentes”. (p.56)

Enquanto os medos eram experientes criadores de cavalos, mas não tinham a ambição de construir um império, nem mesmo sendo capazes de centralizar o poder nas mãos de um único homem, os “homens da terra *Pārsa*” (que significa “costela”), ou seja, os persas, – aqueles que habitavam a grande caixa torácica de montanhas que formavam a imensa cordilheira de Zagros – tomaram como referência no plano ideológico os elamitas e desde muito cedo, procuraram construir um reino poderoso. Eles estabeleceram um importante centro de poder em Anshan sob o governo de um câ (título tradicional dado aos chefes e oficiais comandantes de clãs na Ásia Central) chamado Teíspes, de quem se sabe quase nada, mas que foi considerado mais tarde como o pai ancestral da dinastia Teíspida. É importante ressaltar que é dessa dinastia que vieram Ciro I de Anshan, Cambises I (sobre o qual não se conhece muita coisa) e Ciro, o Grande, o famoso fundador do Império Persa.

Ciro, o Grande, às vezes também chamado de Ciro II, nasceu entre 600 e 590 a.e.c. Preparado desde a mais tenra idade para ser um grande líder, Ciro viu seu pai Cambises I morrer em 559 a.e.c., cabendo-lhe assumir o trono. Ciro, na sequência, casou-se com Cassandana, mulher que provinha de um antigo e venerável clã persa conhecido como Aquemênida, que fixou-se na região ao redor de Persépolis por volta de 900 a.e.c. Como Ciro e Cassandana tiveram muitos filhos, estes compartilhavam sangue teíspida e Aquemênida, o que lhes dava uma invejável e bela combinação persa.

Num período relativamente curto de cinco anos, Ciro, o Grande conseguiu unificar as tribos persas em torno de si, reconhecendo-o como suserano e rei. Numa sequência impressionante, Ciro foi dominando os medos, a região da Lídia, até que deparou-se com os territórios do império neobabilônico, que incluíam os reinos vassalos da Síria, Judá e Israel, Fenícia e partes da Arábia. “Em 12 de outubro de 539 a.e.c., os imensos portões da Babilônia se abriram, e o exército de Ciro da Pérsia avançou em majestosa procissão, com pompa e circunstância, sem obstáculos e resistência, até o coração da cidade, e se dirigiu ao importante zigurate do deus Marduk”. (p.82). Em vez de destruir a cidade, Ciro estabeleceu uma aliança com o sistema burocrático babilônico, evitando rupturas nas atividades econômicas, civis e religiosas.

A habilidade política de Ciro auxiliou na construção de sua imagem como paladino dos deuses. É verdade também que muito dessa propaganda favorável a Ciro, foi construída por ele mesmo. Um exemplo desta construção é o chamado cilindro de Ciro. “É o maior documento de relações públicas da Antiguidade. Uma obra-prima da propaganda, uma brilhante revisão dos eventos que levaram à ocupação persa da

Babilônia e uma ousada e audaciosa substituição de fatos históricos. Nele impõem-se em detalhes uma nova narrativa, em que a conquista e a subjugação da Babilônia são descritas como a legítima libertação da cidade”. (p.86)

Na esteira da propaganda positiva, Marduk, deus dos babilônicos, teria designado Ciro, o Grande, para restaurar a ordem sobre o caos. Neste mesmo diapasão, a Bíblia Hebraica passou a considerar Ciro como um servo de Yahweh, um verdadeiro *Meshiach* - “Messias”, “Ungido”, que fora escolhido para libertar da opressão estrangeira o povo do Deus de Abraão.

Ciro, o Grande, morreu por volta de 530 a.e.c. numa campanha militar contra os masságetas, mas sua morte e, conseqüentemente sua vida toda, passaram por inúmeras releituras e ressignificações. “Ciro era uma figura por demais importante na história da Pérsia para ser esquecida, e, logo após sua morte, as histórias em torno de seu nascimento, vida e falecimento entraram no folclore, depois na lenda e, por fim, na esfera do mito. A cada releitura, a história ganhava um novo viés”. (p.103)

Na sequência, o autor faz um relato do governo de Cambises II, filho de Ciro, o Grande. Como Heródoto é uma das fontes desta administração, o autor entra em debate teórico com ele, contestando-o a respeito de uma série de episódios. O que se pode apreender de todo o debate existente é que Cambises II não gozava do mesmo prestígio que seu pai, mesmo assim conseguiu ampliar as possessões do Império Persa, anexando o Egito, sendo inclusive coroado faraó da “dádiva do Nilo”. Como ele morreu sem deixar herdeiros, seu irmão Bardiya assumiu o trono, mas com pouca habilidade política, tentou diminuir a autoridade dos líderes tribais, ensejando uma união de cãs que conspiraram para alijá-lo do trono. Tratava-se de um grupo de conspiradores que o autor chama de “Gangue dos Sete”, que mataram o rei Bardiya. Entre eles estava um jovem na casa dos vinte e poucos anos, chamado Dario. Como os sete conspiradores eram pretensos reis, ficou acordado entre os mesmos que um sinal sobrenatural apontaria o novo monarca. Para os persas, os cavalos possuíam habilidades mágicas, então, ficou convencionado que o cavalo que relinchasse primeiro ao nascer do sol, seu dono seria o novo rei do povo persa. O garanhão de Dario foi o primeiro a relinchar, mas segundo Heródoto, tal evento foi completamente manipulado, pois, “o escudeiro de Dario instigou o garanhão de Dario a relinchar ao deixar que sentisse o cheiro de sua mão, com a qual na noite anterior esfregara a vulva de uma égua no cio”. (p.123)

Seja como for, começou a dinastia Aquemênida na Pérsia pelas mãos de Dario. Com base em muita violência e ressignificação histórica, Dario conseguiu se legitimar

como novo monarca supremo dos persas. Ele casou-se com todas as mulheres reais disponíveis da linhagem de Ciro, incorporando-as ao seu harém, na tentativa de vincular sua imagem ao maior e mais respeitado rei da Pérsia até então. Na verdade, Dario foi um autocrata com uma poderosa máquina de propaganda nas mãos e que usou a religião de forma instrumental para se consolidar no poder.

Após descrever a chegada de Dario ao poder, o autor encerra a primeira parte do seu livro, que é marcada pela narrativa, abrindo a segunda parte, intitulada: *Ser persa*. Esta parte é mais analítica e procura investigar as instituições, os costumes e valores da cultura persa, ela é composta por sete capítulos.

Começando com o papel da burocracia e do sistema jurídico, o autor mostra a função crucial que a cidade de Susa exercia neste sistema burocrático, pois ali funcionava o coração administrativo do Império. Dali irradiavam os paradigmas burocráticos que deveriam ser aplicados nas províncias do Império. Também há um destaque especial para o papel exercido pelos sátrapas - ou governadores das províncias - os lídimos representantes do Grande Rei, que eram responsáveis pela cobrança de impostos e tributos, além do recrutamento de regimentos militares. Eram os sátrapas os responsáveis pela aplicação da burocracia e da justiça em suas localidades. Vale destacar também o papel da espionagem no interior do Império. A partir dos registros, pode-se afirmar que a espionagem era construída através de uma rede de colaboradores que funcionavam como os “olhos e ouvidos do Rei”, sendo responsáveis por prestar relatórios frequentes ao poder central ao menor indício de rebelião ou insurreição nas províncias. Além disso, o autor ressalta a importância do sistema postal persa que era extremamente eficaz para a época e um conjunto de estradas de qualidade que interligavam os principais centros de satrapias ao núcleo imperial.

Apesar de serem construtores de grandes obras arquitetônicas, como palácios, fortalezas, residências reais e túmulos escavados em rochedos, os reis da dinastia Aquemênida ficaram conhecidos por viajarem bastante, num processo que colocava em deslocamento toda a corte, ou seja, um contingente enorme de pessoas habitando em tendas por meses a fio. Quando o Rei viajava para atender as necessidades diplomáticas, pode-se afirmar que o próprio Estado estava em trânsito.

Já sobre a mão de obra que movimentava os projetos do Estado Persa, pode-se afirmar que havia utilização de trabalho escravo, não nos mesmos moldes de Roma, mesmo assim, a sociedade persa pode ser descrita como escravagista. “Existem

informações suficientes para nos convencer de que a Pérsia era uma sociedade escravagista e de que o Império Aquemênida se beneficiava da escravidão”. (p.195)

Uma instituição de grande importância para a cultura persa é o harém. Neste espaço temos a corte interna do rei, pois ali viviam todas as mulheres (esposas e concubinas) de um rei e todos os outros indivíduos sob a proteção imediata do monarca - filhos, filhas, irmãos, irmãs, parentes por afinidade e escravos. O harém tinha importância política, pois a manutenção do poder dinástico passava por ali, era no harém que a mãe biológica do rei fazia seus conchavos políticos, aparecendo com destaque num cenário eminentemente masculino.

Outra instituição de destaque entre os persas era a corte. A consolidação da corte persa passou pela construção de uma política da etiqueta, ou seja, de uma pequena ética que precisava ser observada por aqueles que orbitavam em torno do monarca. “Para desfrutar dos benefícios de uma audiência real, cortesãos e visitantes precisavam passar por rigorosos controles e medidas de precaução e deveriam estar familiarizados com o protocolo do palácio”. (p.219)

No que tange à religião dos persas, o autor mais vez discorda de Heródoto, que afirmava que os persas não costumavam cultuar imagens, nem erguiam estátuas, nem templos ou altares. Segundo Lloyd Llewellyn-Jones, a Arqueologia tem mostrado lentamente que o “Pai da História” estava errado, pois estruturas de santuários e altares têm vindo à tona com escavações em vários lugares do Antigo Império Persa. Contudo, é importante frisar que a ênfase do autor recai na figura de Aúra-Masda, o deus todo-poderoso dos persas, que com o auxílio de seis *Amesha Spentas*, ou “Imortais Generosos”, combate as forças do mal, encabeçada pela maligna força das trevas conhecida como Angra Mainyu, ou Arimã, o líder das hordas demoníacas. “Os persas davam muita ênfase ao conceito de dualismo e reconheciam que para cada bem há um mal e para cada certo, um errado. Para cada Verdade havia uma Mentira. Aúra-Masda conheceu sua contraparte em Angra Mainyu, espírito maléfico que teria criado a ‘não vida’, isto é, uma forma de existência diametralmente oposta ao que é bom na vida ‘verdadeira” (pp.235-236). O grande profeta desta religiosidade foi Zaratustra, que os gregos conheceram como Zoroastro. Como um reformador de uma religião já existente, Zaratustra pregava uma teologia sofisticada em que a justiça e a moral se sobrepunham às demais coisas.

Na terceira e derradeira parte do livro, intitulada: *Alto Império*, o autor volta à história narrativa para completar a saga dos reis Aquemênidas. Numa sequência de dez

capítulos, o historiador da Universidade de Cardiff procura explorar as glórias e as desavenças internas que levaram à derrocada do Império Persa.

Com a morte de Dario, que sem dúvida, preparou a Pérsia para o apogeu do seu imperialismo, pois consolidou um império unificado pela burocracia, pelos sistemas de comunicação e legislação, abre-se a discussão sobre a sucessão monárquica. Vale ressaltar que a primogenitura não era praticada nem pelos Aquemênidas nem por nenhuma das grandes casas dinásticas do Oriente Próximo, a lei de sucessão era uma competição “aberta a todos os filhos”, em que o mais forte politicamente, herdava o trono.

Entre os filhos de Dario, o mais preparado politicamente e, que acabou herdando o trono, foi Xerxes. Graças às guerras greco-pérsicas, o rei Xerxes ainda ocupa um grande espaço no imaginário ocidental, afinal, ele teve a audácia de invadir a Grécia em 480 a.e.c., sendo caracterizado por Heródoto como um grande tirano.

Nesta terceira parte, enquanto vai narrando os grandes feitos dos reis Aquemênidas, o autor traz informações preciosas sobre as relações na corte imperial. Merece destaque o papel do eunuquismo, algo muito comum no Oriente Próximo e que permaneceu assim no Período Aquemênida, mas que era abominável para os gregos, pois estes consideravam um ato bárbaro a prática da castração de homens e meninos. Não foram poucos os eunucos que participaram de conspirações palacianas na Pérsia. De modo geral, pode-se afirmar que “esses homens e meninos castrados serviam na corte como funcionários de alto escalão, burocratas e criados corporais, bem como serviçais e escravos. Na condição de *castrati*, eram vistos como uma espécie de ‘terceiro sexo’, razão pela qual conseguiam movimentar-se com facilidade e brincar com as barreiras permeáveis da corte”. (p.269)

Outro ponto de destaque nesta terceira parte é o papel exercido pelas mulheres na política persa. Mães e esposas de monarcas imiscuíram-se na política persa com muita habilidade, agindo de forma fria e calculista. Os relatos sobre suas ações para preservar os reinados dos filhos e esposos é algo impressionante. Suas vinganças podiam alcançar seus inimigos de muitas formas, mas a mais requintada era o envenenamento. Merece também destaque os relatos dos métodos de tortura adotados pelos persas, asfixia com cinzas frias, decepção de narizes e orelhas, olhos arrancados, derramamento de bronze derretido dentro dos ouvidos e da boca, mas nada se compara ao “suplício dos botes”, que consistia em prender um indivíduo entre dois botes (um na posição normal e outro do mesmo tamanho que funcionava como uma espécie de tampa), ficando somente com

a cabeça para fora. O indivíduo era alimentado à força com todo tipo de comida e em abundância. Depois de comer, davam a ele uma mistura de leite e mel para beber (um laxante poderoso), despejando uma quantidade generosa dessa mistura em sua boca e em todo rosto, que exposto ao sol começava a assar e atraía moscas, vespas e abelhas. A dieta produzia diarreia severa, que desidratava o sujeito, que aos poucos começava a se decompor e apodrecer entre os botes, enquanto a profusão de larvas, vermes e coisas rastejantes que saíam dos excrementos começavam a consumir o condenado por dentro. Após o suplício, que durava semanas, o sujeito vinha finalmente a óbito.

Nesta terceira parte, há relatos pitorescos nas administrações de todos os Reis Aquemênidas após Dario. O livro consegue entremear grandes ações políticas e bélicas com situações prosaicas do cotidiano nos reinados de Xerxes I, Artaxerxes I, Xerxes II, Sogdiano, Dario II, Artaxerxes III, Artaxerxes IV e Dario III. Com certeza, o leitor tirará muito proveito de todos estes relatos.

Com a derrocada da dinastia Aquemênida pelas mãos de Alexandre Magno, o autor faz uma leitura em retrospectiva e atribuiu aos Aquemênidas uma extrema incapacidade de lidar com a sucessão real. Pode-se afirmar que os Aquemênidas foram incapazes de preparar de maneira segura a transferência de poder de um governante para outro.

No *Epílogo*, o autor esboça uma temática que certamente daria um outro livro tão ou mais extenso do que este que está sendo resenhado. Ele procurou explorar os usos do passado envolvendo a dinastia Aquemênida, neste sentido, trata-se portanto, da “...longa história da recepção do Irã ao seu primeiro grande império: o uso dos Aquemênidas por parte de seus sucessores sassânidas, a última dinastia pré-islâmica de reis iranianos; a mitologia poética que se desenvolveu em torno dos antigos reis persas na narrativa épica iraniana; e a utilização do Período Aquemênida na política do Irã no século XX e na Revolução Islâmica, que pôs fim à longa tradição monárquica do país”. (p.407)

Segundo o autor, por mais estranho que pareça a nós ocidentais, a teocracia vivida no Irã atualmente tem sido sistematicamente questionada internamente por uma população, na qual, 70% das pessoas têm menos de quarenta anos de idade, podendo-se afirmar que o Irã possui a população mais jovem do mundo, resultado de uma política de fertilidade estimulada pelo governo, após a longa e devastadora guerra entre o Irã e o Iraque na década de 1980. Esta população jovem é muito mais secularizada do que gostariam os líderes religiosos do Islamismo vigente e tem encontrado no passado persa

pré-islâmico uma série de razões para galvanizar um nacionalismo iraniano que promove uma dura crítica ao regime dominante. A imagem de Ciro foi apropriada pela população jovem do Irã que tem reforçado sua imagem de libertador, neste sentido, ele virou símbolo de uma luta contra a tirania do poder religioso que existe no país. O fenômeno é tão forte que é possível falar numa “Ciromania”. Segundo Lloyd Llewellyn-Jones, “a Antiguidade não está morta – ela é viva e vital. No Irã, o uso atual que se faz do passado aquemênida pelos jovens e inquietos pode ser o catalisador que levará o Irã a uma nova era”. (427)

A obra aqui analisada, apesar de sua extensão significativa, é de uma leitura cativante, que prende o leitor do começo ao fim. Ela atinge tanto os especialistas quanto os diletantes interessados em História Antiga. Trata-se de uma pesquisa profunda que cobre um longo arco temporal, com informações preciosas, mas certamente os acadêmicos sentirão falta das referências bibliográficas e fontes utilizadas pelo autor, que poderiam estar acessíveis em notas de rodapé ou sistematizadas no final do livro. Outro ponto que pode ser criticado é a insistência do autor em divergir dos relatos gregos sem, contudo, refutá-los satisfatoriamente. Em alguns casos, o autor foi muito feliz na divergência e na refutação, mostrando fontes e documentos que permitem uma outra interpretação dos fatos narrados, mas em outras situações, o autor não obtém êxito em sua empreitada, pois a contestação da versão grega acaba sendo muito frágil, deixando a impressão de que faltaram subsídios que justifiquem a sua leitura e interpretação dos fatos históricos. Na tentativa de descolar o rótulo de “bárbaros” dado aos persas pelos gregos, o autor, às vezes, tenta justificar o injustificável. Mesmo diante de uma brutal violência praticada pelos persas e narrada com brilhantismo e fidelidade pelo autor, o mesmo tenta justificar tal ato a partir da religiosidade persa, passando a impressão de que ele tinha uma tese de antemão e mesmo quando a realidade a confronta, ela não quis abrir mão dela. Com isso, não pretendemos afirmar que os persas eram bárbaros, afinal, o livro todo mostra o quão magníficos eles foram em tantas áreas do saber humano, mas pretendemos sim primar pela isenção diante de fatos que não permitem tergiversação. No mais, o livro *Os Persas: a era dos grandes reis*, merece muitos elogios e muitos leitores que poderão tirar suas próprias conclusões que irão certamente muito além das percepções registradas aqui.

REFERÊNCIAS

LLEWELLYN-JONES, Lloyd. **Os Persas: a era dos grandes reis**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

Recebido em: 10/01/2025
Parecer dado em: 19/04/2025



www.revistafenix.pro.br